

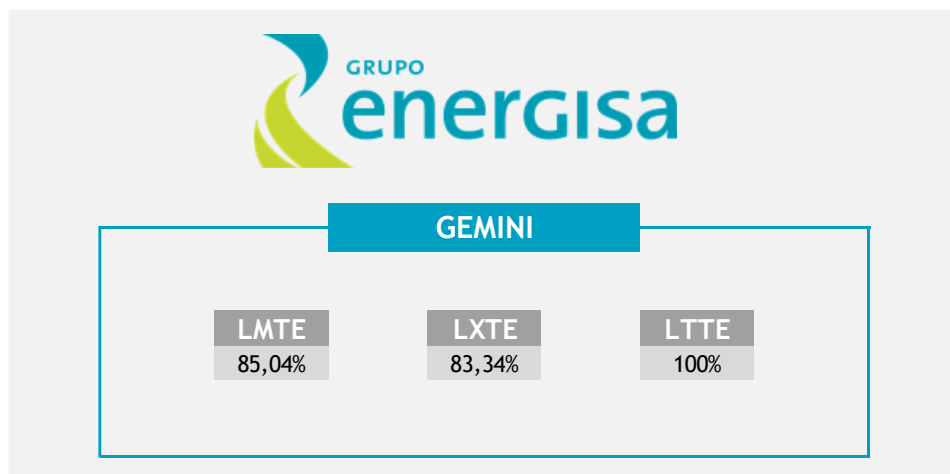
Linhas de Macapá Transmissora de Energia S.A. | Resultados do 1º trimestre de 2023

Rio de Janeiro, 11 de maio de 2023 - A Administração da Linhas de Macapá Transmissora de Energia S.A. | (“Linhas de Macapá”, “LMTE” ou “Companhia”) apresenta os resultados do primeiro trimestre de 2023 (1T23). As demonstrações financeiras trimestrais intermediárias a seguir foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”), que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e, quando aplicáveis, as regulamentações do órgão regulador, a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, exceto quando indicado de outra forma.

1. Considerações gerais

A Linhas de Macapá Transmissora de Energia S.A. (“LMTE” ou “Companhia”), sociedade por ações de capital aberto, foi constituída em 7 de julho de 2008 e está estabelecida em Minas Gerais, com filiais no Amapá, no Pará e no Rio de Janeiro. A Companhia se encontra em operação, e tem por objeto social a exploração de concessões de serviços públicos de transmissão de energia, prestados mediante implantação, operação e manutenção de instalações de transmissão e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Essa atividade é regulamentada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia.

A Gemini Energy S.A. detêm 85,04% do capital social da Companhia. Os outros 14,96% pertencem ao Fundo de Desenvolvimento da Amazônia - FDA.



Segue abaixo quadro com o resumo da concessão:

Nome	Data Assinatura do contrato	UF	Extensão (Km)	Capacidade de transformação MVA	Entrada em Operação	RAP Ciclo 22-23 (R\$ mm) ^(a)	Receitas de Fibra Ótica	Status
LMTE	out/08	AP/PA	685	1.000	jun/13	142,2 ^(b)	22,2	Operacional

Notas: (a) Receita anual permitida (RAP) atualizado para o ciclo 22/23/ (b) Considera RAP adicional de R\$ 2,2 milhões com base na REA nº 11.996/22

2. Principais Diferenças - Societário X Regulatório

Os resultados financeiros das Companhias do segmento de transmissão de energia do Brasil são elaborados a partir de dois métodos de contabilização: 1) Demonstrações Financeiras IFRS preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), conhecido como Resultado Societário, com base nas normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Demonstrações Financeiras; e 2) Demonstrações Contábeis Regulatórias elaboradas com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), definida como Resultado Regulatório.

Receita: No societário, os investimentos realizados ao longo da concessão são contabilizados como ativo de contrato no balanço patrimonial, sendo reconhecido uma receita de construção de infraestrutura como contrapartida na demonstração de resultados. Além disso, também é contabilizada a remuneração do ativo de contrato com base na taxa média de financiamento do projeto quando da formalização do contrato de concessão. Após a entrada em operação, a receita de construção de infraestrutura deixa de ser contabilizada e a receita operacional dos serviços de operação e manutenção passa a ser reconhecida. Por outro lado, na contabilidade regulatória, os investimentos são tratados como ativo imobilizado, sendo depreciados ao longo de sua vida útil, e a Receita é representada de fato pelos recebimentos após a entrada em operação do ativo (a Receita Anual Permitida, conhecida como RAP) reconhecida mensalmente através do aviso de crédito (AVC), ao longo do prazo da concessão, assemelhando-se à receita percebida no fluxo de caixa operacional.

Custo de Construção: Os custos de implementação de infraestrutura, que são os investimentos realizados durante o período pré-operacional, são reconhecidos no resultado societário enquanto na contabilidade regulatória inexistem.

Depreciação e amortização: No societário, os investimentos relativos às concessões são reconhecidos como ativo de contrato no balanço patrimonial e amortizados pelo recebimento efetivo da RAP. O ativo imobilizado reconhecido no balanço patrimonial refere-se aos bens e não relacionados à concessão. Na contabilidade regulatória, os investimentos realizados na concessão são contabilizados como imobilizado, sofrendo depreciação ao longo da sua vida útil, limitado ao prazo do contrato de concessão.

IR/CSLL: São calculados de acordo com os resultados apurados em cada modalidade de reconhecimento contábil como consequência das diferenças temporárias entre as bases de cálculo societárias e regulatórias, são constituídos os respectivos tributos diferidos.

2.1 Resultado Societário

A adoção do IFRS 9 (CPC 48) ou IFRS 15 (CPC 47) passou a ser obrigatória a partir do mês de janeiro de 2018, e a Companhia optou pelo IFRS 15 (CPC 47), no qual a entidade deve reconhecer as receitas para descrever a transferência de bens ou serviços prometidos a clientes no valor que reflita a contraprestação à qual a entidade espera ter direito em troca desses bens ou serviços (reconhecimento do Ativo de Contrato de Concessão).

Os ativos de contrato incluem os valores a receber referentes aos serviços da implementação da infraestrutura, da receita de remuneração dos ativos de concessão e receita de operação e manutenção sendo mensurados ao valor presente dos fluxos de caixa futuros, com base na taxa média do projeto quando da formalização do contrato de concessão, conforme definidas nas normas do CPC 47.

2.2 Resultado Regulatório

Com relação às Demonstrações Contábeis Regulatórias, cuja contabilização é preparada e elaborada com base na estrutura vigente no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, emitido pela ANEEL, todos os investimentos realizados nas construções das linhas de transmissão e subestações são registrados como ativo imobilizado e a receita operacional que as concessionárias têm direito a receber é chamada de Receita Anual Permitida (RAP), garantida pelo contrato de concessão e anualmente reajustada pela inflação.

2.3 2.3 Resultados econômico-financeiros Societário x Regulatório

Resume-se, a seguir, o desempenho econômico-financeiro societário da LMTE:

Desempenho Econômico-Financeiro Societário Resultados - R\$ milhões	Trimestre		
	1T23	1T22	Var. %
Receita de operação e manutenção	3,1	0,5	+ 480,0
Remuneração dos ativos de contrato	42,5	36,1	+ 18,0
Outras receitas operacionais	4,2	2,0	+ 112,7
Total da receita bruta	49,8	38,6	+ 29,1
Deduções da receita	(5,6)	(4,3)	+ 31,3
Receita operacional líquida	44,2	34,3	+ 28,8
PMSO	(8,5)	(17,9)	- 52,7
Amortização / Depreciação	35,7	16,4	+ 118,2
EBITDA	35,7	16,4	+ 118,2
Margem EBITDA	80,8	47,7	+ 33,1 p.p.
Resultado financeiro	(15,2)	(12,7)	+ 19,8
Contribuição social e imposto de renda	(7,4)	(1,5)	+ 397,9
Lucro líquido	13,1	2,2	+ 495,7

Principais impactos do resultado societário:

Receita operacional líquida societária: a receita operacional líquida totalizou R\$ 44,2 milhões no 1T23, um crescimento de 28,8% em comparação ao 1T22 devido basicamente à aplicação da nova prática do reconhecimento da inflação mensal do ativo de contrato efetuado no 4T22 com efeito positivo de R\$ 9,1 milhões no 1T23 e incremento do IPCA entre os períodos comparados de 11,74%.

PMSO: a rubrica alcançou R\$ 8,5 milhões no 1T23, redução de 52,7% devido queda na rubrica de pessoal após a reestruturação da companhia.

EBITDA e margem EBITDA: o EBITDA alcançou R\$ 35,7 milhões no 1T23, um crescimento de R\$ 19,3 milhões com relação ao 1T22, em decorrência principalmente do aumento das receitas e redução das despesas operacionais, conforme mencionado anteriormente.

Resultado financeiro: as despesas financeiras líquidas aumentaram 19,8%, alcançando R\$ 15,2 milhões no 1T23, em função de maiores despesas bancárias relacionadas a pagamentos de IOF, juros de empréstimos e debentures devido do aumento da TJLP entre os períodos comparados.

Lucro líquido: o lucro líquido foi de R\$ 13,1 milhões, crescimento de R\$ 10,9 milhões na comparação entre 1T23 e 1T22 em virtude dos seguintes fatores:

- Nova prática do reconhecimento da inflação no ativo de contrato, impactando R\$ 4,8 milhões na variação entre o 1T23 a 1T22, sendo R\$ 2,6 milhões na receita de operação e manutenção e R\$ 2,2 milhões na receita de remuneração do ativo de contrato;
- Aumento da receita de operação e manutenção (O&M) de R\$ 3,6 milhões em função do reajuste de 11,67% homologado pela ANEEL através da resolução homologatória 3.067 de 2022; e

(iii) Redução de despesas de pessoal em função da reestruturação na Companhia;

Os eventos acima foram compensados pelo aumento de despesas bancárias de IOF e encargos financeiros de empréstimos das debentures em função do aumento da TJPL entre os períodos comparados e aumento dos impostos e contribuições sociais basicamente em função do aumento do LAIR.

Resume-se, a seguir, o desempenho econômico-financeiro regulatório da LMTE:

Aviso: Os resultados regulatórios são elaborados com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico emitida pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), cujo conteúdo tem a finalidade de apresentar uma análise do desempenho regulatório/gerencial das transmissoras, seguindo as práticas do mercado de transmissão, não sendo considerado como relatório econômico-financeiro oficial da Companhia para a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), que segue as normas contábeis internacionais do IFRS, emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). Vale lembrar que as Demonstrações Contábeis Regulatórias (DCR's) são auditadas anualmente até 30 de abril de cada exercício na entrega das demonstrações contábeis regulatórias à ANEEL. Assim, os assuntos relacionados especificamente à contabilidade regulatória divulgados anteriormente à conclusão das DCRs são passíveis de alterações.

Desempenho Econômico-Financeiro Regulatório Resultados - R\$ milhões	Trimestre		
	1T23	1T22	Var. %
Receita anual permitida	45,9	37,1	+ 23,5
Total da receita bruta	45,9	37,1	+ 23,5
Deduções da receita	(5,6)	(4,1)	+ 35,6
Receita operacional líquida	40,3	33,0	+ 22,0
PMSO	(8,5)	(9,8)	- 13,3
Custo de construção	-	-	-
Amortização / Depreciação	(11,2)	(11,2)	- 0,1
EBITDA	31,8	23,2	+ 36,9
Margem EBITDA	78,9	70,3	-
Resultado financeiro	(15,2)	(12,7)	+ 19,8
Contribuição social e imposto de renda	(7,4)	2,5	-
Lucro líquido	(2,1)	1,8	-

Receita operacional líquida: a receita líquida regulatória totalizou R\$ 40,3 milhões no 1T23 um crescimento de 22,0% em comparação ao 1T22 devido principalmente pelo reajuste inflacionário de 11,74% (IPCA) no ciclo 2022/2023 da RAP (Receita Anual Permitida).

PMSO: a rubrica alcançou R\$ 8,5 milhões no 1T23, redução de 13,3% na comparação com o 1T22 devido à queda da rubrica de pessoal após reestruturação da companhia.

EBITDA e Margem EBITDA: O principal impacto no EBITDA e Margem EBITDA regulatórios foi em decorrência do aumento da RAP e redução na rubrica de pessoal conforme descrito acima.

Resultado Financeiro: as despesas financeiras líquidas aumentaram 19,8%, alcançando R\$ 15,2 milhões no 1T23, em função de maiores despesas bancárias relacionadas a pagamentos de IOF, juros de empréstimos e de debentures devido ao aumento da TJLP entre os períodos comparados.

Prejuízo do período: a Companhia registrou um prejuízo de 2,1 milhões, redução de R\$ 3,9 milhões na comparação entre 1T23 e 1T22 em virtude:

- (i) Aumento do imposto de renda no 1T23 no montante de R\$ 9,9 milhões;
- (ii) Aumento dos encargos regulatórios em função do aumento da RAP.
- (iii) Crescimento das despesas financeiras.

Os eventos acima foram compensados pelo aumento da RAP de 11,67% e função da resolução homologatória 3.067 de 2022 da ANEEL e pela redução das despesas de pessoal em função da reestruturação na Companhia.

3. Estrutura de capital

3.1 Caixa e Endividamento

A posição de caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras totalizou R\$ 90,1 milhões em março de 2023, frente aos R\$ 66,4 milhões registrados em dezembro de 2022.

Em 31 de março de 2023, a dívida líquida foi de R\$ 582,5 milhões, contra R\$ 599,2 milhões em 31 de dezembro de 2022.

A seguir, as dívidas de curto e longo prazo da Companhia nos períodos a seguir:

Descrição Valores em R\$ milhões	31/03/2023	31/12/2022	30/09/2022
Circulante	81,8	80,6	80,8
Empréstimos e financiamentos	15,0	15,0	15,0
Debêntures	65,9	64,7	64,9
Encargos de dívidas	0,9	0,9	0,9
Não Circulante	590,8	585,0	611,9
Empréstimos e financiamentos	143,6	147,3	151,0
Debêntures	447,3	437,7	460,9
Total das dívidas	672,6	665,6	692,7
(-) Disponibilidades financeiras:	90,1	66,4	77,6
Total das dívidas líquidas	582,5	599,2	615,1

4. Eventos Subsequentes

4.1 Linha de Transmissão - controlada LMTE

Em 18 de abril de 2023 a ANEEL através da resolução nº14.314 autorizou a Linhas de Macapá Transmissora de Energia S/A - LMTE, contrato de concessão nº 09/2008, a implantar os reforços em instalação de transmissão sob sua responsabilidade e estabelece os valores das correspondentes parcelas da Receita Anual Permitida no montante de R\$6.750.

A Administração.

Demonstrações financeiras

1 Balanço patrimonial ativo

EM 31 DE MARÇO DE 2023
(Em milhares de reais)

BALANÇO PATRIMONIAL (Em milhares de reais)	31/03/2023	31/12/2022
Ativo		
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	10.352	7.527
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	44.318	-
Consumidores e concessionárias	23.454	19.930
Tributos a recuperar	3.305	3.114
Ativo financeiro indenizável da concessão	159.315	157.312
Outros créditos	3.163	1.876
Total do circulante	243.907	189.759
Não circulante		
Realizável a longo prazo		
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	35.400	58.901
Cauções e depósitos vinculados	128	126
Concessão do serviço público-ativo de contrato	1.883.762	1.881.840
Outros créditos	11.609	18.259
	1.930.899	1.959.126
Imobilizado	422	440
Intangível	145	66
Total do não circulante	1.931.466	1.959.632
Total do ativo	2.175.373	2.149.391

2 Balanço patrimonial passivo

EM 31 DE MARÇO DE 2023
(Em milhares de reais)

BALANÇO PATRIMONIAL (Em milhares de reais)	31/03/2023	31/12/2022
Passivo		
Circulante		
Fornecedores	6.152	2.519
Encargos de dívidas	885	905
Empréstimos e financiamentos	14.979	14.979
Debêntures	65.891	64.674
Impostos e contribuições sociais	3.102	9.730
Encargos setoriais	800	-
Outros passivos	1.921	12.282
Total do circulante	93.730	105.089
Não circulante		
Fornecedores	9.044	-
Empréstimos e financiamentos	143.552	147.298
Debêntures	447.271	437.744
Impostos e contribuições sociais	188.577	188.622
Tributos diferidos	236.379	229.560
Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais	59.080	57.497
Encargos setoriais	1.033	-
Outros passivos	68	-
Total do não circulante	1.085.004	1.060.721
Patrimônio líquido		
Capital social	667.013	667.013
Reservas de capital	48.867	48.867
Reservas de lucros	267.701	267.701
Lucros (prejuízos) acumulados	13.058	-
Total do patrimônio líquido	996.639	983.581
Total do passivo e patrimônio líquido	2.175.373	2.149.391

3 Demonstrações de resultados

PARA O PERÍODO FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2023
(Em milhares de reais, exceto o lucro por ação)

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (Em milhares de reais, exceto o lucro por ação)	1T23	1T22
Receita operacional bruta		
Receita de operação e manutenção	3.068	529
Receita de remuneração do ativo de contrato	42.533	36.060
Outras receitas	4.182	1.966
Total de receita operacional bruta	49.783	38.555
Deduções da receita operacional		
PIS corrente	(683)	(550)
PIS diferido	(65)	(24)
COFINS corrente	(3.149)	(2.544)
COFINS diferido	(298)	(109)
Programa de Desenvolvimento Energético (P&D)	(1.258)	(105)
Taxa de fiscalização	(130)	(918)
	(5.583)	(4.250)
Receita operacional líquida	44.200	34.305
Despesas operacionais		
Pessoal	304	4.884
Benefícios pós-emprego	15	-
Material	83	5.811
Serviços de terceiros	7.900	7.589
Amortização e Depreciação	18	-
Outras despesas	188	(465)
Outras Receitas/Despesas operacionais	-	-
	8.508	17.819
Resultado antes da equivalência patrimonial	35.692	16.486
Resultado financeiro		
Receita de aplicações financeira	1.570	840
Outras receitas financeiras	(70)	89
Encargos de dívidas - juros	(4.675)	(12.824)
Encargos dívidas - variação monetária e cambial	(9.130)	-
Outras despesas financeiras	(2.881)	(782)
	(15.186)	(12.677)
Resultado antes dos tributos	20.506	3.809
Imposto de renda e contribuição social corrente	(629)	-
Imposto de renda e contribuição social diferido	(6.819)	(1.496)
Lucro líquido do período	13.058	2.313

Declaração dos Diretores das Linhas de Macapá Transmissora de Energia S.A. (“Companhia”) sobre as Demonstrações Financeiras no período de 1º de janeiro a 31 de março de 2023

Os diretores da Companhia abaixo assinados declaram, nos termos dos incisos V e VI do artigo 27 da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, que, em reunião realizada nesta data, revisaram, discutiram e concordam, ressalvados os limites específicos das respectivas competências, com as Demonstrações Financeiras da Companhia, tendo aprovado o referido documento.

Cataguases, 11 de maio de 2023.

Gabriel Mussi Moraes
Diretor Presidente

Fernando Cezar Maia
Diretor Técnico

Maurício Perez Botelho
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Nicolas Juan Octavio Pinon de Manfredi
Diretor de Transmissão

Vicente Côrtes de Carvalho
Diretor Contábil, Tributário e Patrimonial

Rodolfo da Paixão Lima
Contador - CRC RJ 107310-O “S” MG

Declaração dos Diretores das Linhas de Macapá Transmissora de Energia S.A. (“Companhia”) sobre o Parecer dos Auditores Independentes

Os diretores da Companhia abaixo assinados declaram, nos termos dos incisos V e VI do artigo 27 da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, que, em reunião realizada nesta data, revisaram, discutiram e concordam, ressalvados os limites específicos das respectivas competências, com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes, tendo aprovado o referido documento.

Cataguases, 11 de maio de 2023.

Gabriel Mussi Moraes
Diretor Presidente

Fernando Cezar Maia
Diretor Técnico

Maurício Perez Botelho
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Nicolas Juan Octavio Pinon de Manfredi
Diretor Geral de Operações

Vicente Côrtes de Carvalho
Diretor Contábil, Tributário e Patrimonial

Rodolfo da Paixão Lima
Contador - CRC RJ 107310-O “S” MG

Conselho de Administração

Ricardo Perez Botelho
Conselheiro

Maurício Perez Botelho
Conselheiro

Gioreli de Sousa Filho
Conselheiro

Daniele Araújo Salomão Castelo
Conselheiro

Antonio Carlos de Andrada Tovar
Conselheiro Suplente

Flávio Alves de Lima
Conselheiro

Tulio Luis Mauro Barata
Conselheiro Suplente

Diretoria Executiva

Gabriel Mussi Moraes
Diretor Presidente

Nicolas Juan Octavio Pinon de Manfredi
Diretor Geral de Operações

Maurício Perez Botelho
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Fernando Cezar Maia
Diretor Técnico

Vicente Cortes de Carvalho
Diretor Contábil, Tributário e Patrimonial

Rodolfo da Paixão Lima
Contador
CRC - RJ 107310-O "S" MG